

**CONTROLE  
INTERNO**

Prefeitura Municipal de  
**Toritama**  
A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: AUREO SATURNINUM DA SILVA FALCAO, ODON FERREIRA DA CUNHA  
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5885eb8f-566c-48a2-972e-fe76ba13d12b



# RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO

Toritama, 25 de março de 2016.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.</b> .....	4
<b>2.1 - Análise da Execução Orçamentária</b> .....	4
<b>2.1.1. – Resultado Orçamentário</b> .....	5
<b>2.1.2. – Receita Arrecadada</b> .....	7
<b>2.1.3. – Despesa Executada</b> .....	11
<b>2.2 - Análise Financeira e Patrimonial</b> .....	12
<b>2.2.1. Índices de Liquidez</b> .....	12
<b>2.2.1.1. Líquidez Imediata</b> .....	12
<b>2.2.1.2. Líquidez Corrente</b> .....	13
<b>2.2.2. Dívida Ativa</b> .....	13
<b>2.2.3. Restos a pagar</b> .....	14
<b>2.2.4. Dívida Consolidada</b> .....	15
<b>3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores</b> .....	15
<b>4. Receita Corrente Líquida</b> .....	18
<b>5. Despesa total com pessoal</b> .....	20
<b>6. Dívida Consolidada Líquida</b> .....	22
<b>7. Operação de Crédito</b> .....	23
<b>8. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino</b> .....	23
<b>9. Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica</b> .....	24
<b>10. Limite do saldo da conta do FUNDEB</b> .....	26
<b>11. Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde</b> .....	26
<b>12. Informações sobre as Licitações realizadas no exercício na Prefeitura Municipal de Toritama</b> .....	28
<b>13.1 Resumo das Modalidades Executadas na Prefeitura Municipal:</b> .....	30
<b>13.2 Informações sobre as Licitações realizadas no exercício no Fundo Municipal de Saúde</b> ....	30



<b>13.2.1</b>	<b>Resumo das Modalidades Executadas no Fundo Municipal de Saúde:</b>	<b>31</b>
<b>12.3</b>	<b>Informações sobre as Licitações realizadas no exercício no Fundo Municipal de Assistência Social:</b>	<b>32</b>
<b>13.3.1</b>	<b>Resumo das Modalidades Executadas no Fundo Municipal de Assistência Social:</b>	<b>32</b>
<b>13.</b>	<b>Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2015:</b>	<b>33</b>
<b>14.</b>	<b>Considerações Finais</b>	<b>35</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O Controle Interno tem por finalidade averiguar a regularidade dos atos da Administração Pública, contribuindo para a efetividade das ações públicas e apoiando o Controle Externo no exercício de sua missão institucional. De acordo Botelho:

É o controle realizado pelo próprio órgão executor no âmbito de sua própria administração, exercido de forma adequada, capaz de propiciar uma razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de forma eficaz, eficiente e com a necessária economicidade (Ex. Sist. Controle Interno, Auditoria Interna, Controladoria Municipal) “(2006, p.27)”.

Um bom sistema de Controle Interno é sinônimo de boa administração que tem como objetivo de todo gestor público. Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, Lei Complementar Municipal nº. 996/2009 que instituiu o Sistema de Controle Interno e os artigos 75 a 82 da Lei 4.320/1964, os artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal, sendo assim a Controladoria Geral de Controle Interno no uso de suas atribuições e em atendimento ao que preceitua os dispositivos legais, o Órgão de Controle Interno procurou pautar suas ações nos princípios que o regem, fazendo recomendações aos gestores e acompanhamento da gestão nos aspectos orçamentário, patrimonial, financeiro e contábil. Em síntese, abaixo encaminhamos alguns pontos observados no exercício de 2015.

## 2. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

### 2.1 - Análise da Execução Orçamentária

A estimativa de receita e a fixação da despesa do exercício de 2015, conforme Lei Municipal nº 1.383, de 12/12/2014, foi aprovada da seguinte forma:

LOA		Receita Estimada	Despesa Fixada	%
Orçamento Fiscal		R\$ 65.991.960,00	R\$ 46.728.000,00	70,81%
Orçamento da Seguridade Social			R\$ 16.294.960,00	24,69%
	Saúde		R\$ 2.969.000,00	4,50%
	Assistência Social			
<b>TOTAL</b>		<b>65.991.960,00</b>	<b>65.991.960,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Lei Municipal nº 1.383/2014 - Lei Orçamentária Anual 2015



Com relação aos créditos adicionais, a Lei Orçamentária Anual 2015 autorizada previamente a abertura de créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, conforme dispõe a LOA, em seus artigos 8º e 9º.

Portanto, o art. 8º da Lei Municipal nº 1.383/2014 autoriza suplementar até o montante de R\$ 26.396.784,00, conforme quadro demonstrativo abaixo:

VALOR DO ORÇAMENTO GERAL	R\$			65.991.960,00
LIMITE DE SUPLEMENTAÇÃO EM PERCENTUAL, CONFORME LOA		40%	Art.	8º
VALOR CORRESPONDENTE A SUPLEMENTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA	R\$			26.396.784,00

O Poder Executivo em 2015 estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, como determina o art. 8º da LRF.

A seguir evidenciam-se algumas análises referentes à execução do orçamento.

### 2.1.1. – Resultado Orçamentário

A execução Orçamentária do Município de Toritama, no exercício de 2015, ocorreu conforme exposto:

DESCRIÇÃO	Previsão / Autorização	Arrecadação / Execução	% Executado
Receita	65.991.960,00	63.547.320,96	96,30%
Despesa (considerando as alterações orçamentárias)	65.991.960,00	64.428.551,63	97,63%
Déficit de Execução Orçamentária		- 881.230,67	

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64

Quanto aos créditos adicionais, que são as autorizações de despesa não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, observou-se a abertura de R\$ 23.694.747,46, significando uma alteração do orçamento inicial na ordem de 35,91%, dentro do limite preconizado no dispositivo legal.

Todos os créditos adicionais abertos no exercício foram créditos suplementares. Cabe ressaltar que dos créditos adicionais foram abertos com fontes de recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias, ou seja, não foi elevado o valor global do orçamento inicial.

A seguir são calculados os quocientes de desempenho da arrecadação e de execução da despesa referente aos exercícios de 2012 a 2015:

- a) Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA):

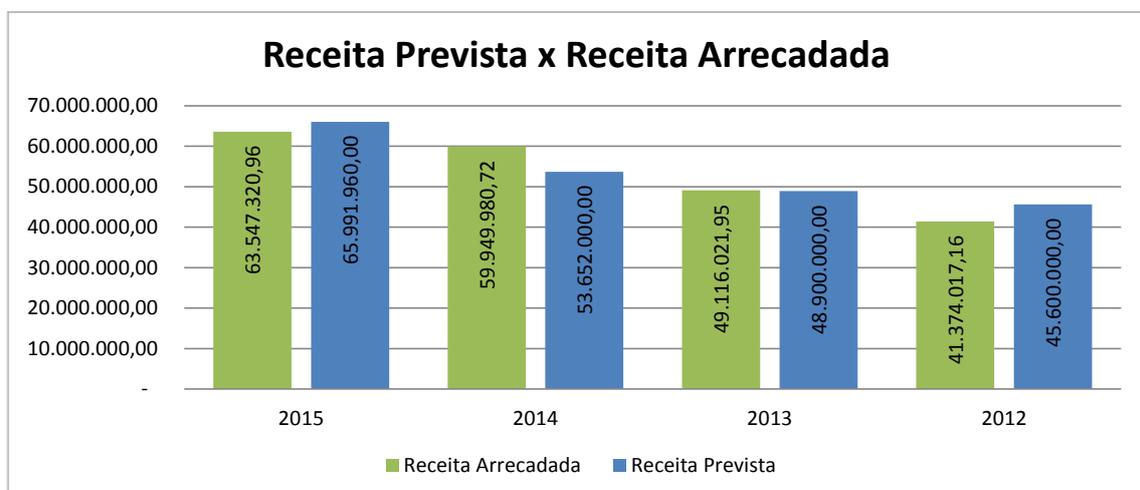


Exercício	2015	2014	2013	2012
Receita arrecadada	63.547.320,96	59.949.980,72	49.116.021,95	41.374.017,16
Previsão Inicial da Receita	65.991.960,00	53.652.000,00	48.900.000,00	45.600.000,00

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA)				
EXERCÍCIO	2015	2014	2013	2012
QDA (Receita Arrecadada / Previsão Inicial da Receita)	0,96	1,12	1,00	0,91

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas



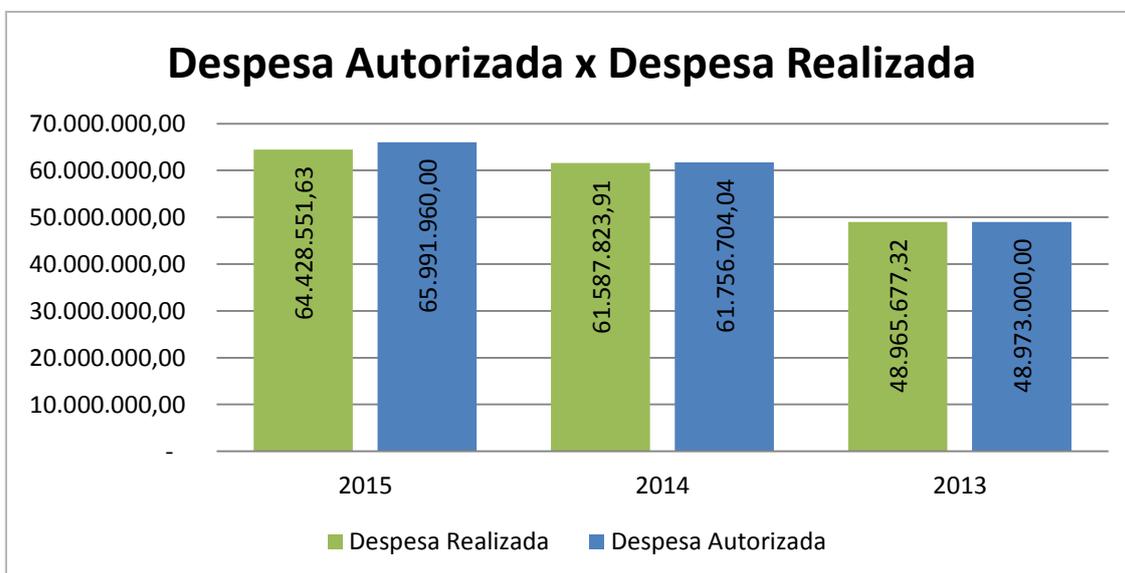
O quociente de desempenho da arrecadação foi de 0,96, indicando que para cada R\$ 1,00 previsto, foi arrecadado R\$ 0,96, resultando em arrecadação abaixo da estimativa.

b) Quociente de Execução de Despesa (QED):

Exercício	2015	2014	2013	2012
Despesa Orçamentária Realizada	64.428.551,63	61.587.823,91	48.965.677,32	45.573.652,93
Despesa Orçamentária Autorizada	65.991.960,00	61.756.704,04	48.973.000,00	45.600.000,00

Fonte: Balanço Orçamentário e Processos de Prestação de Contas

Quociente de Execução de Despesa (QED)				
EXERCÍCIO	2015	2014	2013	2012
QED (Despesa Orçamentária Realizada / Despesa Orçamentária Autorizada)	0,98	1,00	1,00	1,00



Por este quociente, para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, foi empenhada R\$ 0,98, resultando em economia orçamentária.

### 2.1.2. – Receita Arrecadada

A receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 63.547.320,96, conforme o quadro abaixo. A composição das receitas no exercício se apresentou da seguinte forma:

RECEITA	EXERCÍCIO DE 2015		EXERCÍCIO DE 2015		DIFERENÇA ARRECADADO A MENOR
	ORÇADO	% DO TOTAL	ARRECADADO	% DO TOTAL	
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>69.910.160,00</b>	<b>105,94%</b>	<b>68.663.360,30</b>	<b>108,05%</b>	<b>1.246.799,70</b>
Receita Tributária	4.116.160,00	6,24%	3.664.853,99	5,77%	451.306,01
Receita de Contribuições	1.500.000,00	2,27%	1.495.871,95	2,35%	4.128,05
Receita Patrimonial	920.000,00	1,39%	491.659,10	0,77%	428.340,90
Receita Agropecuária	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita Industrial	-	0,00%	-	0,00%	-
Receita de Serviços	1.078.000,00	1,63%	148.090,17	0,23%	929.909,83
Transferências Correntes	61.421.000,00	93,07%	62.025.694,68	97,61%	604.694,68
Outras Receitas Correntes	875.000,00	1,33%	837.190,41	1,32%	37.809,59
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>2.830.000,00</b>	<b>4,29%</b>	<b>1.509.636,17</b>	<b>2,38%</b>	<b>1.320.363,83</b>
Operações de Crédito	110.000,00	0,17%	-	0,00%	110.000,00
Alienação de Bens	10.000,00	0,02%	-	0,00%	10.000,00
Amortização de Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-
Transferências de Capital	2.410.000,00	3,65%	1.509.636,17	2,38%	900.363,83
Outras Receitas de Capital	300.000,00	0,45%	-	0,00%	300.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 6.748.200,00	-10,23%	- 6.625.675,51	-10,43%	122.524,49
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%	-	0,00%	-
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>65.991.960,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>63.547.320,96</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.444.639,04</b>

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)



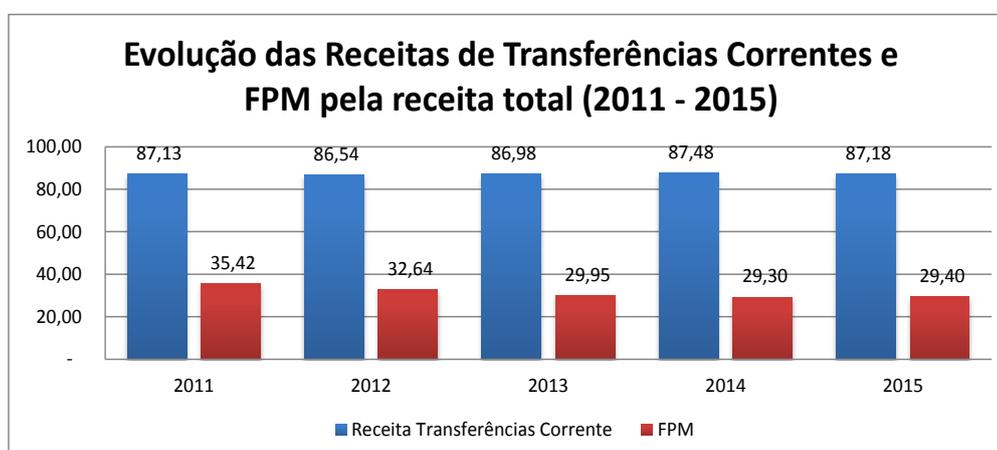
RECEITA (CONSOLIDADA)		Diferença	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
RECEITA ARRECADADA	63.547.320,96	2.444.639,04	96,30%

A receita prevista para o exercício de 2015 foi de R\$ 65.991.960,00, sendo realizado o total de receitas de R\$ 63.547.320,96 atingindo o percentual de aplicação de 96,30%, ou seja, o Município de Toritama arrecadou a menor R\$ 2.444.639,04.

Destacam-se as Receitas de Transferências Correntes, onde analisando isoladamente, percebe-se o excesso de arrecadação, e dentro destas o FPM (ambas deduzidas as transferências para o FUNDEB), representaram 87,18% e 29,40%, respectivamente, em relação à receita total, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	valores (R\$)	% da receita
Receitas de Transferências Correntes	62.025.694,68	87,18%
Deduções da Receita de Transferência	- 6.625.675,51	
Receita do FPM	23.051.563,75	29,40%
Deduções do FPM	- 4.367.129,49	
<b>TOTAL DA RECEITA ARRECADADA</b>	<b>63.547.320,96</b>	-

*Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada*



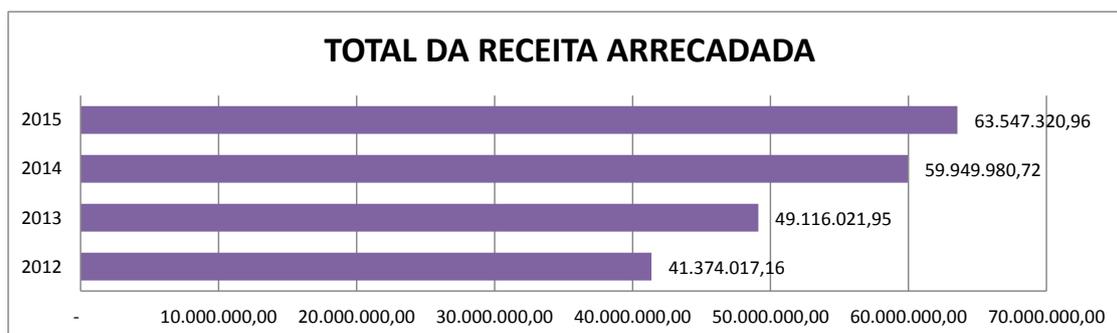
É perceptível, desde 2012, que a Receita do FPM em relação a Receita Total de Transferências Correntes vem declinando, evidenciando que a Transferência da União para o Fundo de Participação dos Municípios não vem evoluindo ou mostrando-se constante na mesma proporção das Transferências Correntes.

A seguir demonstra-se a série histórica de arrecadação total do Município no período de 2012 a 2015:



RECEITA	EXERCÍCIO DE 2012		EXERCÍCIO DE 2013		EXERCÍCIO DE 2014		EXERCÍCIO DE 2015	
	ARRECAÇÃO	% DO TOTAL						
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>44.267.990,31</b>	<b>106,99%</b>	<b>53.880.977,93</b>	<b>109,70%</b>	<b>64.822.643,84</b>	<b>108,13%</b>	<b>68.663.360,30</b>	<b>108,05%</b>
Receita Tributária	2.224.526,43	5,38%	2.694.490,81	5,49%	3.632.511,05	6,06%	3.664.853,99	5,77%
Receita de Contribuições	1.007.404,69	2,43%	1.308.931,89	2,66%	1.222.478,36	2,04%	1.495.871,95	2,35%
Receita Patrimonial	153.233,61	0,37%	185.379,06	0,38%	387.896,38	0,65%	491.659,10	0,77%
Receita Agropecuária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Receita Industrial	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Receita de Serviços	193.066,46	0,47%	719.167,20	1,46%	64.046,24	0,11%	148.090,17	0,23%
Transferências Correntes	40.226.958,54	97,23%	48.174.728,57	98,08%	58.587.790,32	97,73%	62.025.694,68	97,61%
Outras Receitas Correntes	462.800,58	1,12%	798.280,40	1,63%	927.921,49	1,55%	837.190,41	1,32%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.526.542,55</b>	<b>3,69%</b>	<b>686.263,03</b>	<b>1,40%</b>	<b>1.268.902,95</b>	<b>2,12%</b>	<b>1.509.636,17</b>	<b>2,38%</b>
Operações de Crédito	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Alienação de Bens	-	0,00%	-	0,00%	57.584,69	0,10%	-	0,00%
Amortização de Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Transferências de Capital	1.526.542,55	3,69%	686.263,03	1,40%	1.211.318,26	2,02%	1.509.636,17	2,38%
Outras Receitas de Capital	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>4.420.515,70</b>	<b>-10,68%</b>	<b>5.451.219,01</b>	<b>-11,10%</b>	<b>6.141.566,07</b>	<b>-10,24%</b>	<b>6.625.675,51</b>	<b>-10,43%</b>
<b>RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>41.374.017,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>49.116.021,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>59.949.980,72</b>	<b>100,00%</b>	<b>63.547.320,96</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)

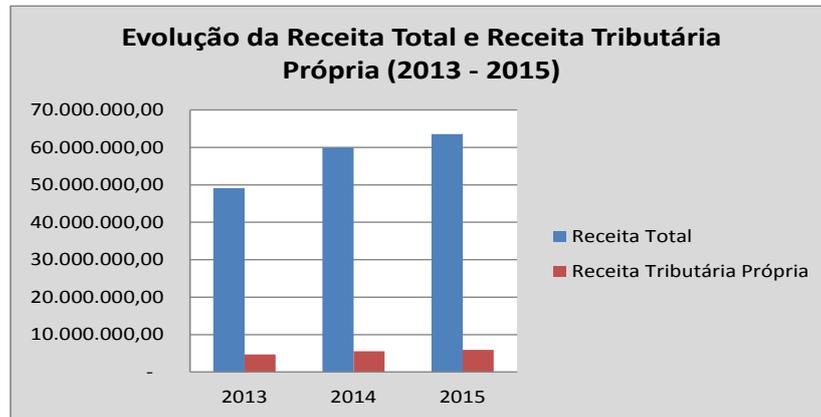
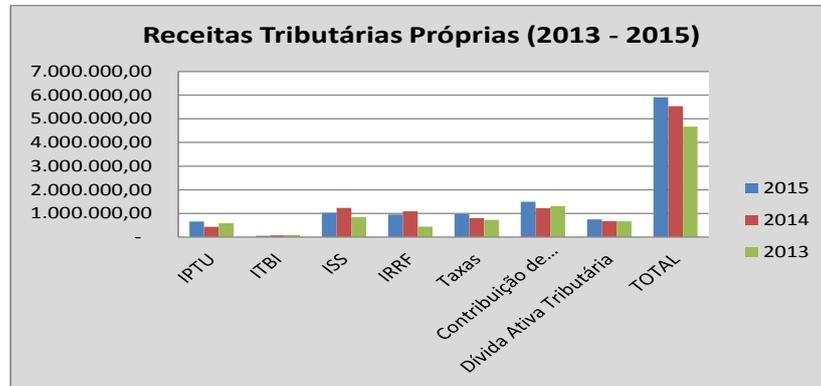


As receitas tributárias próprias (IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida Ativa Tributária) do Município de Toritama perfizeram em 2015 um total de R\$ 5.910.987,52, equivalentes a 9,30% das receitas orçamentárias arrecadadas. Segue abaixo a série histórica da receita tributária própria entre 2013 a 2015:

Receitas Tributárias Próprias	Estimativa de Receita 2015	Receitas Tributárias Próprias Arrecadadas			
		2015	Variações (%) 2015/2014	2014	2013
IPTU	630.000,00	654.574,24	50,65%	434.505,16	589.671,18
ITBI	60.000,00	55.470,23	-26,20%	75.167,76	88.863,09
ISS	1.200.000,00	1.026.386,52	-16,88%	1.234.874,88	847.816,61
IRRF	820.000,00	956.236,61	-12,26%	1.089.913,72	438.950,46
Taxas	1.406.160,00	972.186,39	21,82%	798.049,53	729.189,47
Contribuição de Iluminação Pública	1.500.000,00	1.495.871,95	22,36%	1.222.478,36	1.308.931,89
Dívida Ativa Tributária	640.000,00	750.261,58	10,26%	680.462,25	666.529,34
<b>TOTAL</b>	<b>6.256.160,00</b>	<b>5.910.987,52</b>	<b>6,78%</b>	<b>5.535.451,66</b>	<b>4.669.952,04</b>

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)

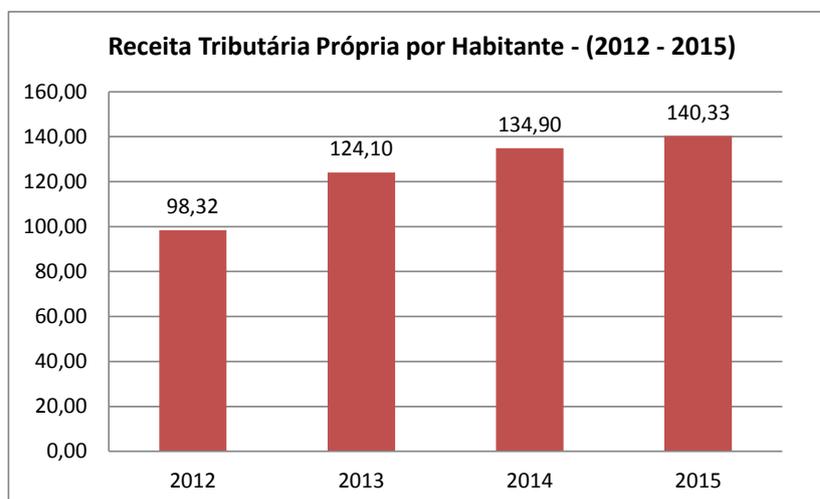
Relatório de Auditoria (Processo nº 15100071-2)



O município possui uma população total de 42.123 habitantes, gerando uma receita tributária própria por habitante de R\$ 140,33.

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA POR HABITANTE	<u>≈ 5.910.987,52</u>		140,33
	42.123		

Entre 2012 e 2015, a situação da receita tributária própria por habitante foi a seguinte:



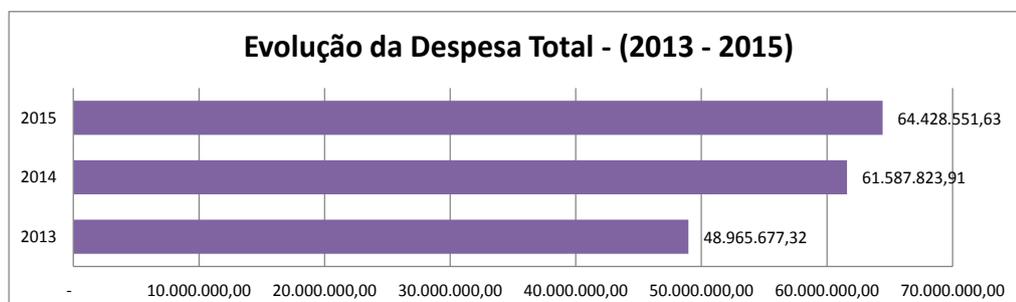
### 2.1.3. – Despesa Executada

Entre 2013 e 2015, a despesa por função executada comportou-se da seguinte forma:

FUNÇÃO	EXERCÍCIO DE 2013		EXERCÍCIO DE 2014		EXERCÍCIO DE 2015	
	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO	EMPENHADO	% PARTICIPAÇÃO
01 - Legislativa	1.609.416,73	3,29%	2.004.167,32	3,25%	2.242.398,84	3,48%
02 - Judiciária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
03 - Essencial à Justiça	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
04 - Administração	6.370.730,87	13,01%	8.452.653,35	13,72%	7.283.721,68	11,31%
05 - Defesa Nacional	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
06 - Segurança Pública	-	0,00%	1.940,00	0,00%	6.500,00	0,01%
07 - Relações Exteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
08 - Assistência Social	2.150.276,25	4,39%	2.328.137,19	3,78%	2.501.635,95	3,88%
09 - Previdência Social	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
10 - Saúde	10.992.883,26	22,45%	13.616.723,76	22,11%	13.680.460,50	21,23%
11 - Trabalho	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
12 - Educação	19.958.104,10	40,76%	21.825.924,06	35,44%	25.415.994,04	39,45%
13 - Cultura	747.928,48	1,53%	373.607,72	0,61%	605.083,40	0,94%
14 - Direitos da Cidadania	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
15 - Urbanismo	5.731.593,74	11,71%	9.967.654,97	16,18%	9.332.550,10	14,49%
16 - Habitação	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
17 - Saneamento	8.216,13	0,02%	9.364,52	0,02%	1.848,15	0,00%
18 - Gestão Ambiental	1.000,00	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
19 - Ciência e Tecnologia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
20 - Agricultura	849.933,13	1,74%	665.543,13	1,08%	488.152,01	0,76%
21 - Organização Agrária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
22 - Indústria	-	0,00%	44.944,35	0,07%	-	0,00%
23 - Comércio e Serviços	530,00	0,00%	360.200,00	0,58%	579.821,81	0,90%
24 - Comunicações	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
25 - Energia	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
26 - Transporte	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
27 - Desporto e Lazer	-	0,00%	115.919,29	0,19%	195.759,19	0,30%
28 - Encargos Especiais	545.064,63	1,11%	1.821.044,25	2,96%	2.094.625,96	3,25%
<b>TOTAL</b>	<b>48.965.677,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.587.823,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>64.428.551,63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/64)

Prestações de Contas.					
-----------------------	--	--	--	--	--



DESPESA (CONSOLIDADA)		SALDO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL	PERCENTUAL DE APLICAÇÃO
DESPESA EMPENHADA	64.428.551,63	1.563.408,37	97,63%
DESPESA REALIZADA (LIQUIDADADA)	63.790.576,20		

A despesa executada foi aplicada o percentual de 97,63% da despesa fixada, enquanto a receita arrecadada foi aplicada o percentual de 96,30% da receita prevista, resultando em um déficit orçamentário no valor de R\$ 881.230,67.

Vale ressaltar que o valor de R\$ 637.975,43 foram inscritos em restos a pagar não processados e houveram receitas de competências do exercício de 2015 que só foram creditadas nas contas bancárias em janeiro de 2016, considerando o regime de caixa.

O valor de R\$ 3.679.919,64 foram inscritos em restos a pagar processados.

## 2.2 - Análise Financeira e Patrimonial

### 2.2.1. Índices de Liquidez

#### 2.2.1.1. Líquidez Imediata

A liquidez imediata demonstra a capacidade do município em honrar imediatamente suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) contando apenas com os recursos em caixa e bancos, ou seja, suas disponibilidades. A seguir observa-se o indicador ao longo dos exercícios de 2012 a 2015:

Descrição	2015	2014	2013	2012
Disponível	4.832.830,84	4.333.883,15	4.138.319,12	1.973.883,33
Passivo Circulante	10.538.764,07	9.471.247,92	7.265.894,35	4.602.751,74
<b>LÍQUIDEZ IMEDIATA</b>	- 5.705.933,23	- 5.137.364,77	- 3.127.575,23	- 2.628.868,41
<b>Índice de Liquidez Imediata</b>	0,46	0,46	0,57	0,43
<i>Fonte: Balanço Patrimonial</i>				
<i>Relatório de Auditoria ( Processo nº 15100071-2)</i>				



Verifica-se que o índice de liquidez imediata permaneceu constante (0,46) em relação ao exercício anterior, demonstrando que a Municipalidade não possui recursos disponíveis para arcar com suas despesas a curto prazo.

### 2.2.1.2. Líquidez Corrente

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas do município a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos circulantes superiores a ativos de mesma natureza revela restrições na capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo. Segue abaixo o cálculo da liquidez corrente referente aos exercícios de 2012 a 2015:

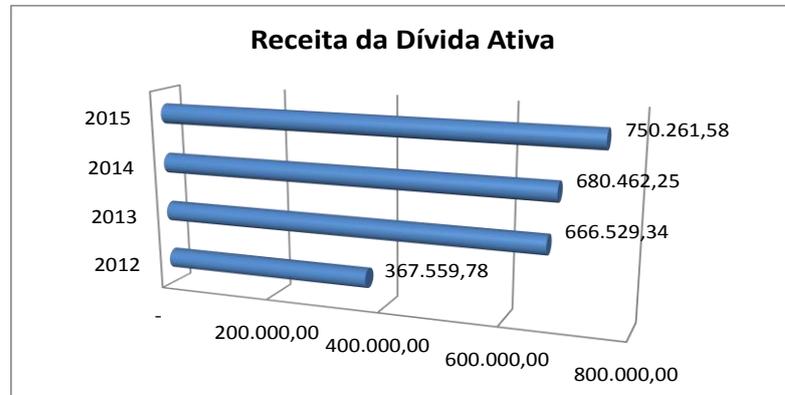
Descrição	2015	2014	2013	2012
Ativo Circulante	4.925.681,83	4.407.078,00	4.138.319,12	1.980.671,82
Passivo Circulante	10.538.764,07	9.471.247,92	7.265.894,35	4.602.751,74
<b>Déficit Financeiro</b>	- 5.613.082,24	- 5.064.169,92	- 3.127.575,23	- 2.622.079,92
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	<b>0,47</b>	<b>0,47</b>	<b>0,57</b>	<b>0,43</b>
<i>Fonte: Balanço Patrimonial</i>				
<i>Relatório de Auditoria ( Processo nº 15100071-2)</i>				

A liquidez corrente negativa do município corresponde a 8,83% da receita total arrecadada durante o exercício, tal fato compromete a capacidade de pagamento do município frente as suas obrigações de curto prazo.

### 2.2.2. Dívida Ativa

As importâncias referentes a tributos, multas e créditos em favor do município, lançados e não recolhidos no exercício constituem a dívida ativa municipal, que alcançou no exercício de 2015 o valor de R\$ 29.230.013,55. Verifica-se a seguir a evolução entre os exercícios de 2012 a 2015:

Descrição	2015	2014	2013	2012
Valor da Dívida Ativa	29.230.013,55	24.352.819,34	20.610.043,93	1.524.286,79
Recebimentos	750.261,58	680.462,25	666.529,34	367.559,78
% Recebimento	2,57%	2,79%	3,23%	24,11%
<i>Fonte: Balanço Patrimonial do exercício</i>				
<i>Relatório de Auditoria (Processo nº 15100071-2)</i>				
<i>Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada</i>				



### 2.2.3. Restos a pagar

No que se refere aos restos a pagar, observam-se os seguintes quocientes de inscrição:

Quociente de inscrição de restos a pagar processados (QIRPP):

QIRPP =	Restos a pagar processados inscritos =	3.679.919,64 =	0,06
	Total da despesa empenhada	64.428.551,63	

Quociente de inscrição de restos a pagar não processados (QIRPNP):

QIRPNP =	Restos a pagar não processados inscritos =	637.975,43 =	0,01
	Total da despesa empenhada	64.428.551,63	

A seguir demonstra-se o comportamento da inscrição em restos a pagar processados e não processados entre os exercícios de 2012 a 2015:





Houve um incremento de 31,79% (R\$ 1.041.565,80) na inscrição nos restos a pagar em 2015 em relação ao exercício anterior.

#### **2.2.4. Dívida Consolidada**

A dívida consolidada no exercício de 2015 aumentou em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 16.356.025,42, para R\$ 20.454.032,04, devido a atualização da dívida fundada junto a Receita Federal do Brasil-RFB, relativo à Previdência Social (INSS), vale ressaltar que esse montante ainda não está amortizado pela RFB, pois verifica-se que os pagamentos estão sendo efetuados pelo Município, com retenção na 1ª parcela do FPM, correspondendo ao termos da Lei nº. 12.810/2013. As tabelas seguintes demonstram os componentes mais representativos da dívida e suas variações no exercício:

<b>Principais Itens da Dívida</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>% do Total</b>
Outros Contratos	412.693,20	2,02%
INSS	20.034.595,20	97,95%
Outras obrigações legais	6.743,64	0,03%
<b>TOTAL</b>	<b>20.454.032,04</b>	<b>100,00%</b>

*FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)*

<b>Variação no Exercício</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros Contratos	412.693,20			412.693,20
INSS	15.936.588,58	5.797.552,81	1.699.546,19	20.034.595,20
Outras obrigações legais	6.743,64			6.743,64
<b>TOTAL</b>	<b>16.356.025,42</b>	<b>5.797.552,81</b>	<b>1.699.546,19</b>	<b>20.454.032,04</b>

*FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)*

Conforme informações da tabela anterior, observa-se que 97,95% da dívida consolidada é referente à dívida com o INSS.

### **3. Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores**

O art. 29-A da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, determina que a despesa total do poder legislativo municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais incidentes sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior:



Percentual	Descrição
7%	<i>Para Município com população de até 100.000 habitantes</i>
6%	<i>Para Municípios com população entre 100.000 habitantes e 300.000 habitantes</i>
5%	<i>Para Municípios com população entre 300.001 habitantes e 500.000 habitantes</i>
4,5%	<i>Para Municípios com população entre 500.001 habitantes e 3.000.000 de habitantes</i>

Fonte: Redação da EC 58/2009

O § 2º da EC 25/2000, dispõe que o Prefeito poderá ser responsabilizado criminalmente na ocorrência das seguintes hipóteses:

- I- Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo,
- II- Não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês;
- III- Enviá-lo a menor que a proporção fixada na Lei Orçamentária.

Sendo a população de Toritama na ordem de 42.123 habitantes, aplica-se o índice de 7%, previsto no dispositivo acima, ou seja, aplica-se 7% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior.

Observa-se a seguir o cálculo do limite definido no caput do Art. 29-A da Constituição Federal de 1988:



Descrição	Valor (R\$)
<b>1. RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>4.866.389,81</b>
1.1. IPTU	434.505,16
1.2. ISS	1.234.874,88
1.3. ITBI	75.167,76
1.4. IRRF (retido pelo Município)	1.089.913,72
1.5. Taxas	798.049,53
1.6. Contribuições de Melhoria	-
1.7. COSIP	1.222.478,36
1.8. Multa e Juros de natureza tributária	11.400,40
<b>2. TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>31.636.388,55</b>
2.1. Cota IOF - ouro	-
2.2. Cota ITR	1.109,44
2.3. Cota IPVA	2.321.949,80
2.4. Cota ICMS	7.551.758,72
2.5. Cota IPI	13.772,61
2.6. Cota FPM	21.722.961,90
2.7. Cota ICMS - Desoneração	19.590,60
2.8. CIDE	5.245,48
2.9. AFM	-
<b>3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>696.067,91</b>
3.1. Dívida Ativa Tributária (acrescida das multas, juros e atualizações monetárias)	696.067,91
<b>4. RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA = (1+2+3)</b>	<b>37.198.846,27</b>
5. Percentual estabelecido para o Município de acordo com a população	7%
<b>6. Valor do 1º LIMITE = (4x5)</b>	<b>2.603.919,24</b>

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Segundo dados do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, exercício anterior e o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, exercício de 2015 foi apurado o limite para o repasse de duodécimo ao Poder Legislativo chegando-se ao seguinte:

<b>TOTAL DE DUODÉCIMOS REPASSADOS À CÂMARA DE VEREADORES</b>	
ESPECIFICAÇÃO	Valor (R\$)
Limite Constitucional- Art. 29-A	2.603.919,24
Valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA)	2.648.000,00
Valor permitido	2.603.919,24
Valor efetivamente repassado à Câmara (sem considerar os inativos)	2.605.908,48

Fonte: Comparativo da receita orçada com a arrecadada no exercício anterior.

Comparativo da despesa autorizada com a realizada.

Demonstrativo que evidencie os repasses e duodécimos feitos à Câmara Municipal, com os valores e datas dos repasses mês a mês.

A tabela abaixo demonstra os repasses realizados no exercício de 2015:



REPASSE CONCEDIDO A CÂMARA					
EXERCÍCIO DE 2015	VALOR REPASSADO		TOTAL REPASSADO	Data do Repasse	
	Duodécimo	Inativo			
janeiro	R\$ 191.354,71	R\$ 2.995,00	R\$ 194.349,71	20/01/2015	
fevereiro	R\$ 242.963,37	R\$ 2.995,00	R\$ 245.958,37	20/02/2015	
março	R\$ 217.159,04	R\$ 3.787,48	R\$ 220.946,52	20/03/2015	
abril	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	20/04/2015	
maio	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	20/05/2015	
junho	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	19/06/2015	
julho	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	20/07/2015	
agosto	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	20/08/2015	
setembro	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	18/09/2015	
outubro	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	20/10/2015	
novembro	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	20/11/2015	
dezembro	R\$ 217.159,04	R\$ 3.391,24	R\$ 220.550,28	18/12/2015	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.605.908,48</b>	<b>R\$ 40.298,64</b>	<b>R\$ 2.646.207,12</b>		

Conforme o levantamento dos repasses realizados pelo Município à Câmara de Vereadores, verifica-se que os valores repassados ficaram superiores (R\$ 1.989,24), correspondente a 0,076% do valor permitido, sendo desta forma, considerado cumprido o artigo 29-A, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Constatou-se que os repasses foram efetuados até o dia 20 de cada mês, conforme preceitua o inciso II do parágrafo 2º do artigo 29-A, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

#### **4. Receita Corrente Líquida**

A Receita Corrente Líquida do exercício de 2015, alcançou o total de R\$ 62.037.684,79, conforme verifica-se a seguir:

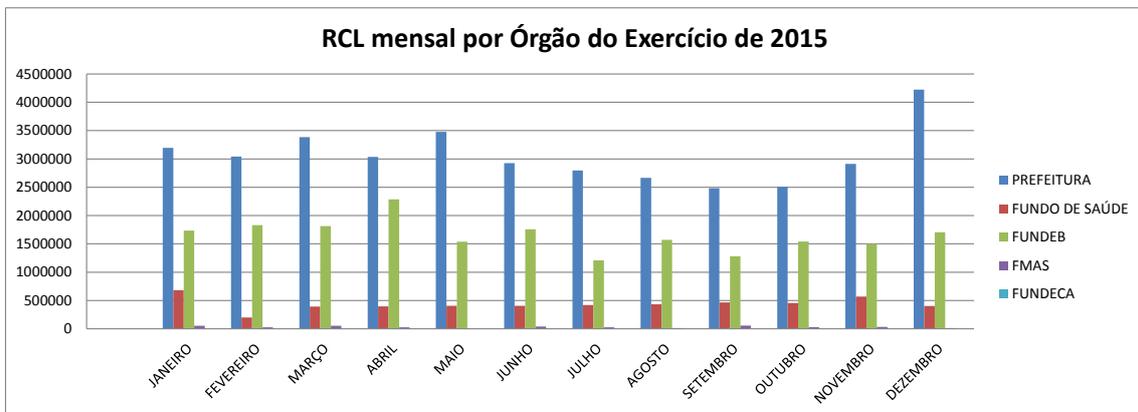


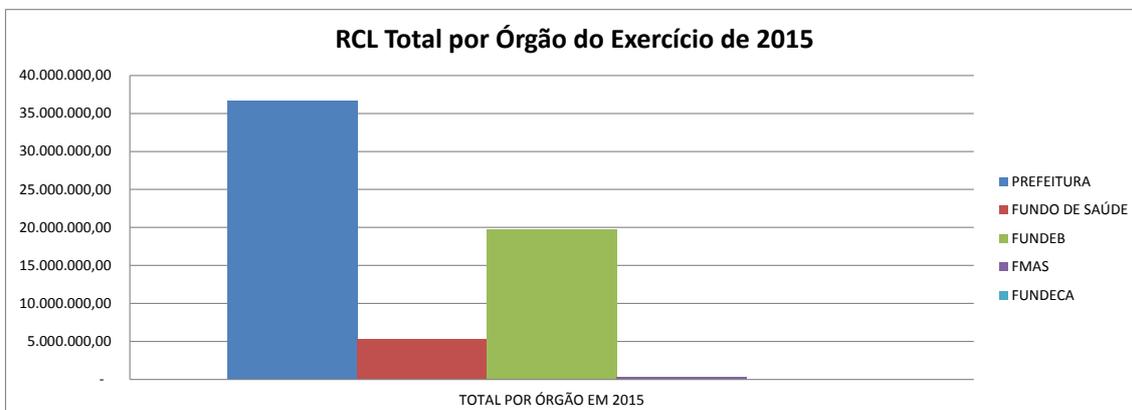
Descrição	Valor (R\$)
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>68.663.360,30</b>
1.1. Receitas Tributárias	3.664.853,99
1.2. Receitas de Contribuições	1.495.871,95
1.3. Receitas Patrimoniais	491.659,10
1.4. Receitas Agropecuária	-
1.5. Receitas Industriais	-
1.6. Receitas de Serviços	148.090,17
1.7. Transferências Correntes	62.025.694,68
1.8. Outras Receitas Correntes	837.190,41
<b>2. (-) DEDUÇÕES</b>	<b>-</b>
2.1. Contribuição dos segurados para o RPPS	-
2.2. Compensação financeira entre regime previdenciários	-
2.3. Dedução da Receita para formação do FUNDEB	6.625.675,51
2.4. Duplicidades	-
<b>3. TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1 - 2)</b>	<b>62.037.684,79</b>

Fonte: Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)

Observa-se abaixo a Receita Corrente Líquida Mensal por Entidade no exercício de 2015.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA MENSAL POR ÓRGÃO - EXERCÍCIO DE 2015													
ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2015
PREFEITURA	3.195.514,51	3.043.311,25	3.383.788,26	3.034.530,81	3.475.850,15	2.926.349,22	2.795.527,32	2.665.133,52	2.482.079,90	2.507.269,30	2.911.546,25	4.222.747,16	36.643.647,65
FUNDO DE SAÚDE	683.065,88	201.645,22	393.964,36	397.780,60	408.364,40	407.636,35	421.297,06	431.884,40	467.853,15	457.962,87	570.225,69	402.536,03	5.244.216,01
FUNDEB	1.735.523,92	1.830.130,96	1.814.070,84	2.286.606,88	1.537.690,17	1.756.376,74	1.208.903,31	1.570.151,99	1.282.308,84	1.540.975,98	1.497.390,62	1.702.915,03	19.763.045,28
FMAS	54.917,51	27.340,20	55.449,28	27.000,55	1.669,67	40.460,23	28.270,92	14.916,87	57.930,35	30.806,85	34.234,15	13.779,27	386.775,85
FUNDECA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL DA RCL 2015</b>	<b>5.669.021,82</b>	<b>5.102.427,63</b>	<b>5.647.272,74</b>	<b>5.745.918,84</b>	<b>5.423.574,39</b>	<b>5.130.822,54</b>	<b>4.453.998,61</b>	<b>4.682.086,78</b>	<b>4.290.172,24</b>	<b>4.537.015,00</b>	<b>5.013.396,71</b>	<b>6.341.977,49</b>	<b>62.037.684,79</b>

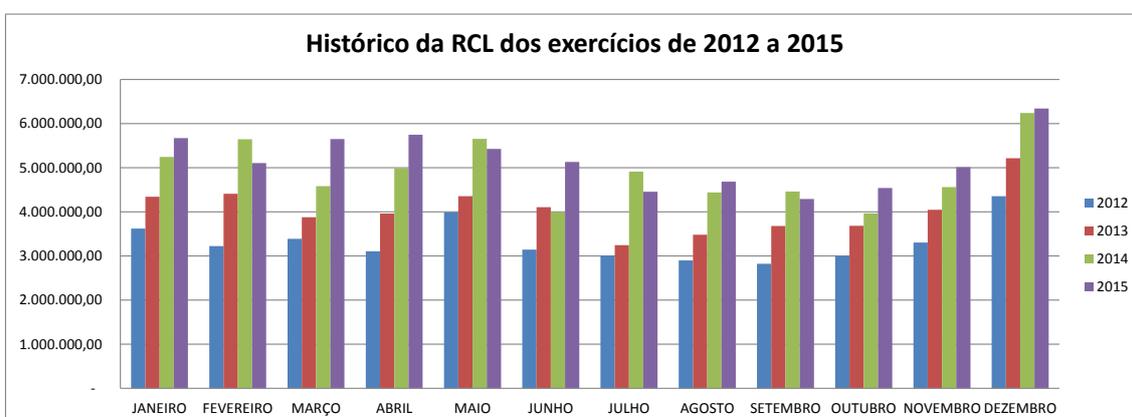




**HISTÓRICO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS EXERCÍCIOS DE 2012 A 2015**

EXERCÍCIO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR EXERCÍCIO
2012	3.620.035,93	3.221.606,48	3.387.096,76	3.104.731,23	3.986.055,92	3.143.689,40	3.008.604,69	2.898.899,59	2.822.270,61	2.997.336,77	3.304.161,19	4.352.986,04	39.847.474,61
2013	4.339.816,80	4.406.599,26	3.877.933,70	3.960.396,73	4.355.387,73	4.105.819,87	3.245.353,39	3.479.316,05	3.679.421,43	3.683.513,40	4.047.484,88	5.213.212,22	48.394.255,46
2014	5.241.792,39	5.645.927,42	4.581.462,58	4.983.916,64	5.654.576,77	3.996.398,58	4.911.991,31	4.438.644,43	4.459.706,38	3.966.649,08	4.559.633,48	6.239.156,67	58.679.855,73
2015	5.669.021,82	5.102.427,63	5.647.272,74	5.745.918,84	5.423.574,39	5.130.822,54	4.453.998,61	4.682.086,78	4.290.172,24	4.537.015,00	5.013.396,71	6.341.977,49	62.037.684,79

FONTE: Exercícios de 2012 e 2014 foram extraídos das prestações de contas dos respectivos exercícios; Exercício de 2013 foi extraído do SISTN (Site: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/sistn](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn)) e Exercício de 2015 foi extraído do SICONFI (Site: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/>).



## 5. Despesa total com pessoal

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), art. 20, inciso III, a despesa total com pessoal do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida do período de apuração.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo, no último quadrimestre do exercício de 2015, alcançou R\$ 40.210.494,37, representando um percentual de 64,82% em relação a Receita Corrente Líquida do Município, muito acima do limite estabelecido no citado dispositivo legal.

**CONTROLE  
INTERNO**

Prefeitura Municipal de  
**Toritama**  
A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: AUREO SATURNINUM DA SILVA FALCAO, ODON FERREIRA DA CUNHA  
Acesse em: <http://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5885eb8f-566c-48a2-972e-fe76ba13d12b

<b>Apuração da Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo</b>	
<b>Mês de referência: dezembro / Período de apuração: janeiro a dezembro /2015</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	40.219.532,11
1.1. Ativo	40.219.532,11
1.1.1. Contratação por Tempo Determinado	2.317.746,76
1.1.2. Salário-Família	
1.1.3. Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	31.034.944,70
1.1.4. Obrigações Patronais (para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto)	6.857.802,91
1.1.5. Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1.1.6. Indenizações Trabalhistas	
1.1.7. Sentenças Judiciais	5.279,41
1.1.8. Despesas de Exercícios Anteriores	3.758,33
1.1.9. Outros (especificar a baixo)	
1.2. Inativo e Pensionista	-
1.2.1. Aposentadoria e Reforma	
1.2.2. Pensões	
1.2.3. Outros Benefícios Previdenciários	
1.2.4. Salário-Família	
1.2.5. Sentenças Judiciais	
1.2.6. Despesas de Exercícios anteriores	
1.2.7. Outros	
1.3. Outras despesas de pessoal (§1º, art. 18, da LRF)	
2. DEDUÇÕES (§ 1º do art. 19 da LRF)	9.037,74
2.1. Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária (vide art. 19, § 1º, I e II da LRF)	
2.2. Decorrentes de Decisão Judicial	5.279,41
2.3. Despesas de exercícios anteriores	3.758,33
2.4. Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF)	
2.5. Outras Deduções	
3. DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP = (1-2)	40.210.494,37
4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	62.037.684,79
5. COMPROMETIMENTO DA DTP = DTP/RCL (100%)	64,82%

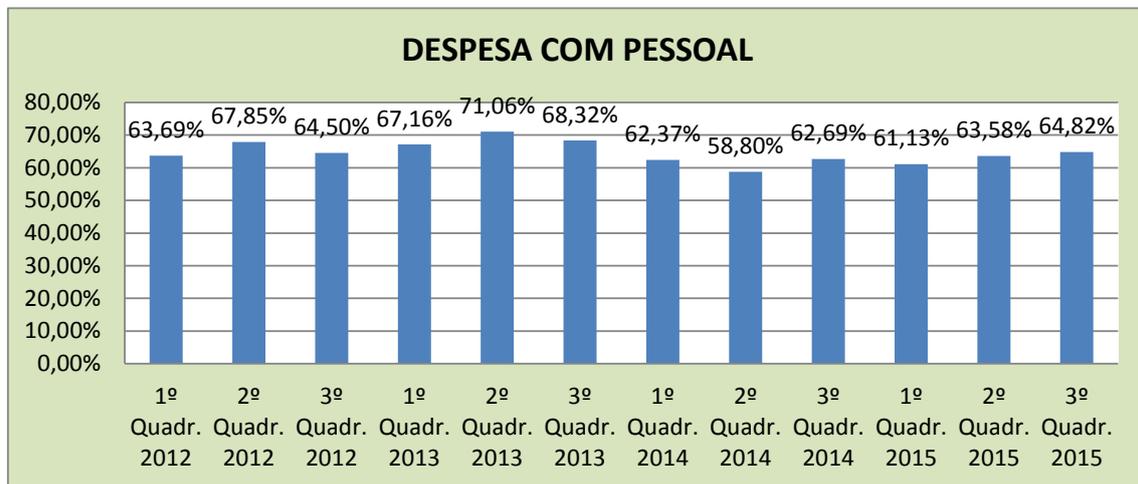
Fonte: Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada			
--	--	--	--



A tabela abaixo demonstra a trajetória do comprometimento da despesa com pessoal quadrimestralmente nos exercícios de 2012 a 2015:

<b>ANÁLISE DO LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO</b>												
<b>Trajétoria do Comprometimento da Despesa com Pessoal</b>												
Descrição	1º Quadr. 2012	2º Quadr. 2012	3º Quadr. 2012	1º Quadr. 2013	2º Quadr. 2013	3º Quadr. 2013	1º Quadr. 2014	2º Quadr. 2014	3º Quadr. 2014	1º Quadr. 2015	2º Quadr. 2015	3º Quadr. 2015
1. %DTP (A)	63,69%	67,85%	64,50%	67,16%	71,06%	68,32%	62,37%	58,80%	62,69%	61,13%	63,58%	64,82%
2. Limite Máximo (B)	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00	54,00
3. Limite Prudencial	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30	51,30
4. Limite para Alerta	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60	48,60
5. Excedente (C) = (A - B)	-53,36	-53,32	-53,36	-53,33	-53,29	-53,32	-53,38	-53,41	-53,37	-53,39	-53,36	-53,35



A prefeitura de Toritama manteve-se acima do limite de gastos com despesas com pessoal durante todos os exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, contrariando o disposto no artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 6. Dívida Consolidada Líquida

O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

O percentual de comprometimento da Receita Corrente Líquida para a Dívida Consolidada Líquida está bem abaixo do limite máximo permitido, conforme apuração abaixo:



Apuração da Dívida Consolidada Líquida (art. 55, I, "b" da LRF)	
Mês de referência: dezembro / Período de apuração: janeiro a dezembro/2015	
Descrição	Valor (R\$)
<b>Dívida Consolidada -(DC) - (I)</b>	20.454.032,04
Dívida Mobiliária	-
Dívida Contratual	20.447.288,40
INSS	20.034.595,20
PASEP	
Demais dívidas contratuais	412.693,20
Precatórios	
Demais Dívidas	6.743,64
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	1.886.130,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.123.442,53
Demais Haveres Financeiros	92.850,99
(-) Restos a Pagar Processados	2.330.163,39
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL = (1+2)</b>	<b>18.567.901,91</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>62.037.684,79</b>
<b>COMPROMETIMENTO DA DCL = (DCL/RCL)X100(%)</b>	<b>29,93%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO - 120%</b>	<b>74.445.221,75</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>67.000.699,57</b>
<i>FONTE: Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)</i>	
<i>Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do 3º Quad. Do RGF do exercício de 2015</i>	

A relação entre DCL e RCL foi de 29,93%, estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

## 7. Operação de Crédito

O Município não realizou Operações de Crédito no exercício de 2015, por conseguinte, não há o que relatar a este respeito pelo Sistema de Controle Interno.

## 8. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

De acordo com o art. 212 da Constituição Federal os Municípios deverão aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no mínimo 25% da Receita Resultante de Impostos (RRI), incluindo as transferências estaduais e federais. A tabela abaixo demonstra a aplicação das RRI nas despesas com MDE no exercício de 2015:



RECEITAS E DESPESAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO (MDE)	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015
Receitas Resultantes de Impostos - RRI (Art. 212 da CF)	37.552.331,00
Valor mínimo a aplicar no MDE (25% da RRI)	9.388.082,75
Despesas Típicas de MDE para fins de Limite	10.184.057,65
<b>% Aplicado da RRI em MDE</b>	<b>27,12%</b>

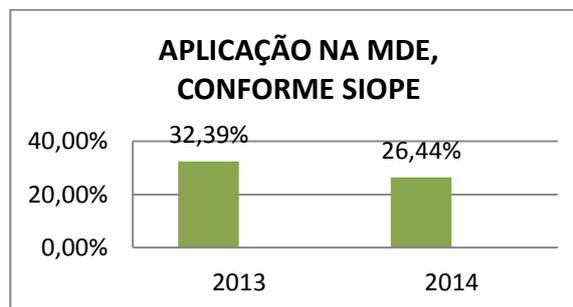
Fonte: Anexo 14 do 6º bimestre do RREO de 2015 (SICONFI)

O Município aplicou um montante de R\$ 10.184.057,65, que corresponde a um percentual de 27,12%, cumprindo a exigência de aplicação contida no *caput* do art. 212 da Constituição Federal (25%).

Observa-se na tabela a evolução histórica de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme SIOPE (2013 a 2014):

HISTÓRICO DE APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CONFORME SIOPE	
Exercício	Percentual
2013	32,39%
2014	26,44%

Fonte: SIOPE, no site: <https://www.fnde.gov.br/siope>



## 9. Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica



Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art.22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal.

Observando o montante de recursos registrados nos demonstrativos da receita do FUNDEB a Prefeitura de Toritama aplicou, em 2015, R\$ 14.706.164,58, equivalentes a 74,41% dos recursos anuais totais na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo a exigência contida no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

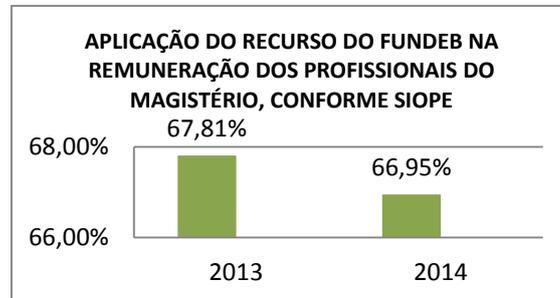
<b>APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO</b>		
<b>(art. 60 da ADCT, art. 73 da Lei Federal nº 9.394/1996, e art. 22 da MP 339/2006, convertida na Lei Federal nº 11.494/2007)</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>		<b>VALOR</b>
A	VALOR RECEBIDO DO FUNDEB	19.656.764,63
B	APLICAÇÃO FINANCEIRA	106.280,65
C	RECEITA TOTAL DO FUNDEB (A + B)	19.763.045,28
D	MÍNIMO A SER APLICADO: (0,60 X C)	11.857.827,17
E	TOTAL DA DESPESA COM O PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO	14.706.164,58
<b>PERCENTUAL APLICADO: ( E / C X 100%)</b>		<b>74,41%</b>

*Fonte: Demonstrativo das despesas realizadas com recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada*

Observa-se na tabela a evolução histórica de aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme SIOPE (2013 a 2014):

<b>HISTÓRICO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, CONFORME SIOPE</b>	
<b>Exercício</b>	<b>Percentual</b>
2013	67,81%
2014	66,95%

*Fonte: SIOPE, no site: <https://www.fnde.gov.br/siope>*



Considerando que o percentual aplicado está acima do limite constitucional, constatamos que no exercício 2015, **houve o cumprimento do percentual estabelecido pelos dispositivos legais.**

### **10. Limite do saldo da conta do FUNDEB**

Conforme o art. 21, § 2º da Lei Federal nº 11.494/07, admite que até 5% dos recursos recebidos à conta do FUNDEB, inclusive relativos à complementação da União, poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

A Prefeitura de Toritama deixou um saldo contábil no FUNDEB correspondente a 0,02% dos recursos anuais do Fundo, cumprindo a exigência contida na referida Lei Federal nº 11.494/07.

<b>CÁLCULO DO LIMITE DO SALDO DA CONTA DO FUNDEB</b>	
<b>(MP 339/2006, convertida na Lei nº 11.494/07, art. 21, § 2º)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor (Exercício de 2015)</b>
1. Saldo conciliado da conta do FUNDEB	4.237,58
2. Restos a pagar vinculados ao FUNDEB, cancelados no exercício	-
3. Restos a pagar processados vinculados ao FUNDEB	-
4. Receitas do FUNDEB	19.763.045,28
5. Saldo disponível para utilização no exercício seguinte (=1+2-3)	4.237,58
6. SALDO DISPONÍVEL DO FUNDEB X RECEITA [= (5/4)X100]	0,02%

### **11. Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde**



A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada pelo art. 7º da Lei Complementar nº. 141, de 2012, onde o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se referem o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

O Município de Toritama aplicou um montante de R\$ 7.906.355,72 com gastos em ações e serviços públicos de saúde, que correspondente a um percentual de 21,05%, cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2015
Receitas para Apuração da Aplicação em ações e Serviços Públicos de Saúde	37.552.331,00
Valor mínimo a aplicar com Saúde (15%)	5.632.849,65
Despesas Com Saúde	7.906.355,72
<b>Percentual Aplicado com Saúde</b>	<b>21,05%</b>

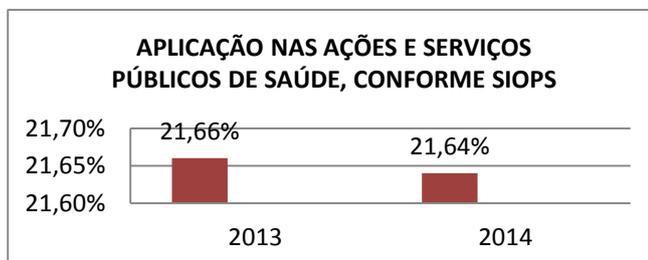
Fonte: Anexo 14 do 6º bimestre do RREO de 2015 (SICONFI)

Observa-se na tabela a evolução histórica de aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, conforme SIOPS (2013 a 2014):

HISTÓRICO DE APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, CONFORME SIOPS	
Exercício	Percentual
2013	21,66%
2014	21,64%

Fonte: SIOPS, no site: <http://siops.datasus.gov.br>

Abaixo, representamos graficamente os percentuais de aplicação de Receita de Impostos em ações e serviços públicos em Saúde:



Diante do exposto, a aplicação foi superior ao limite legal de 15%, estando cumprida conforme análises nos relatórios no tocante a aplicação de impostos em ações e serviços públicos de saúde em 2015.

## **12. Informações sobre as Licitações realizadas no exercício na Prefeitura Municipal de Toritama**

Essas informações foram extraídas do Módulo Licitações e Contratos-LICON, onde podemos observar que no Exercício de 2015 foram deflagrados os seguintes processos na Prefeitura Municipal de Toritama :

Nº	Modalidade	Objeto	Vencedor	Valor
1/2015	Pregão nº. 1/2015	Gêneros Alimentícios	Disalpe Distribuidora e Transportadora de Alimentos Genilson de Oliveira- Empreendimentos Alimentícios Comerciais e Serviços ME	R\$ 1.053.455,70
2/2015	Convite nº. 1/2015	Mobiliário em geral	Aquarela Brasileira Distribuidora e Serviços Ltda	R\$ 78.030,00
3/2015	Convite nº. 2/2015	Serviços de aperfeiçoamento, capacitação de pessoal.	CECAPE- Centro de Capacitação de Pernambuco	R\$75.632,00
4/2015	Pregão nº. 2/2015	Serviços de instalação, produção, montagem e desmontagem de estruturas para realização de eventos	Frederyco Alexandre Coelho  Maria Gilvânia Pereira Clemente Me  Nelson A. de Souza Promoções ME	R\$ 569.920,00
5/2015	Tomada de Preços nº. 1/2015	Obras	Faz Bem Construções	R\$ 741.733,52
6/2015	Convite nº. 3/2015	Impressos e materiais gráficos	Gráfica Fonseca Ltda	R\$ 73.690,00
7/2015	Pregão nº. 3/2015	Material de Limpeza, conservação e higiene	Nutril Comércio de Aliemntos Eireli	R\$ 782.953,50

**CONTROLE  
INTERNO**

8/2015	Dispensa	Gêneros Alimentícios	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Varzea Grande	R\$ 211.758,00
9/2015	Convite nº. 4/2015	Manutenção e suporte Técnico de equipamentos de Informática	Jorge de Souza Júnior ME	R\$ 73.200,00
10/2015	Convite nº. 5/2015	Serviços de cópias e reprodução de documentos	Jason C.Braga Digital ME	R\$ 60.000,00
11/2015	Convite nº. 6/2015	Serviços de limpeza e conservação	Purific Saúde Ambiental LTDA ME	R\$ 17.940,00
12/2015	Pregão nº. 4/2015	Manutenção e Conservação de Veículos	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA-EPP	R\$ 283.528,35
13/2015	Pregão nº. 5/2015	Material para instalação Elétrica e eletrônica	AMC Comercio de Materiais de Construção Eireli-EPP  Rejane Dalva da Silva ME	R\$ 201.107,50
15/2015	Convite nº. 7/2015	Serviços Gráficos e Editoriais	Edinaldo Elias da Silva ME	R\$ 75.470,00
16/2015	Pregão nº. 7/2015	Material de Sinalização Urbana ou Rodoviária	SN Sinalizadora Nacional e Serviços LTDA	R\$ 310.000,00
17/2015	Tomada de Preços nº. 2/2015	Obras	Moreira e Feitosa ME	R\$ 840.356,33
18/2015	Convite nº. 8/2015	Material pedagógico e de recreação	Aquarela Brasileira Distribuidora e Serviços LTDA EPP	R\$ 74.090,00
19/2015	Convite nº. 9/2015	Serviços de aperfeiçoamento, capacitação e treinamento de pessoal	GERIR Planejamento Pesquisa e Organização	R\$ 74.959,00
20/2015	Tomada de Preços nº. 3/2015	Obras	JCM Construção LTDA ME	R\$ 242.178,53
21/2015	Inexigibilidade nº. 1/2015	Serviços prestados por profissional do setor artístico	Maria Gilvania Pereira Clemente ME	R\$ 19.800,00
22/2015	Pregão nº. 8/2015	Vestuário em geral ( fardamento escolar)	MJS Indústria de Confecções LTDA	R\$ 63.510,00
23/2015	Convite nº. 10/2015	Serviço	Pontes e Medeiros Empreendimentos LTDA	R\$ 144.000,00
24/2015	Pregão nº. 9/2015	Material de expediente	Francisco Wagner da Silva Fonseca ME  GD de Lima ME	R\$ 174.210,40
25/2015	Pregão nº. 10/2015	Serviço	Pronto Construções e Serviços LTDA	R\$ 60.000,00
26/2015	Convite nº. 11/2015	Serviços técnicos especializados-Contabilidade/Auditoria	CGPM- Consultoria, Controle e Capacitação em Gestão Pública Municipal	R\$ 72.000,00
27/2015	Inexigibilidade nº. 2/2015	Serviço de Processamento de Dados	Tributus Informática	R\$ 101.750,00



28/2015	Pregão nº. 11/2015	Equipamentos de Informática	3P Distribuidora e Comércio de Informática LTDA  GD de Lima ME  Recivix Informática LTDA ME	R\$ 39.697,00
29/2015	Pregão nº. 12/2015	Coleções e materiais bibliográficos	Aquarela Brasileira Distribuidora e Serviços LTDA EPP	R\$310.400,00

### 13.1 Resumo das Modalidades Executadas na Prefeitura Municipal:

Modalidade	Quantidade no Exercício
Pregão presencial	11
Convite	12
Inexigibilidade	2
Tomada de Preços	3
Dispensa	1



### 12.2 Informações sobre as Licitações realizadas no exercício no Fundo Municipal de Saúde

Nº	Modalidade	Objeto	Vencedor	Valor
1/2015	Pregão Presencial nº. 1/2015	Medicamentos	Padrão Distribuidora de Produtos e Equipamentos Hospitalares Callou LTDA	R\$ 1.005.008,90



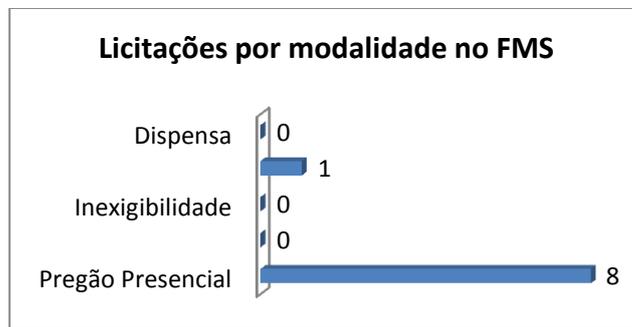
			Solumed Distribuidora de Medicamentos e Produtos para saúde LTDA	
2/2015	Pregão Presencial nº. 2/2015	Material médico-hospitalar, odontológico e laboratorial	Cirúrgica Nordestina Padrão Distribuidora Starmed Artigos Médicos e Hospitalares	R\$ 335.386,00
3/2015	Pregão Presencial nº. 3/2015	Manutenção e Conservação de bens móveis em geral	Trivale Administração LTDA	R\$ 154.603,00
4/2015	Pregão Presencial nº. 4/2015	Veículos automotivos	Italiana Automóveis do Recife LTDA	R\$ 383.000,00
5/2015	Pregão Presencial nº. 5/2015	Gêneros Alimentícios	Disalpe Distribuidora e Transportadora de Alimentos Genilson de Oliveira Empreendimentos Alimentícios, Comerciais e Serviços-ME	R\$ 289.191,83
6/2015	Pregão Presencial nº. 6/2015	Serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação de resíduos dos serviços de saúde	Deserto	
7/2015	Pregão Presencial nº. 7/2015	Material de limpeza, conservação e higiene	Nutril Comercio de alimentos EIRELI-ME RD Comércio de Material de Construção e Limpeza LTDA ME	R\$ 95.481,21
9/2015	Tomada de Preços nº. 01/2015	Serviços Técnicos especializados Contabilidade/auditoria	Certam- Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal LTDA	R\$ 58.500,00
11/2015	Pregão Pregão Presencial nº. 08/2015	Aparelhos e equipamentos médico-odontológicos, hospitalares e laboratoriais	Lótus Indústria e Comércio Ltda	26.500,00

### 13.2.1 Resumo das Modalidades Executadas no Fundo Municipal de Saúde:

Modalidade	Quantidade no Exercício
Pregão presencial	8



Convite	0
Inexigibilidade	0
Tomada de Preços	1
Dispensa	0

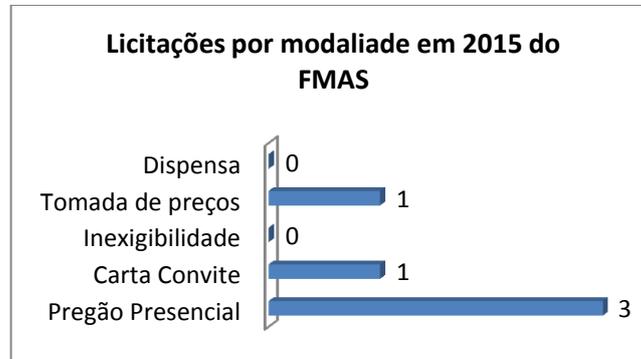


**12.3 Informações sobre as Licitações realizadas no exercício no Fundo Municipal de Assistência Social:**

Nº	Modalidade	Objeto	Vencedor	Valor
1/2015	Pregão Presencial nº. 1/2015	Material de expediente	Francisco Wagner da Silva Fonseca ME	R\$ 51.013,65
2/2015	Convite nº. 1/2015	Gêneros Alimentícios	Nutril Comércio de Alimentos EIRELI-ME	R\$ 77.400,00
3/2015	Tomada de Preços Nº. 1/2015	Serviços técnicos especializados-contabilidade/auditoria	Certam- Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal Ltda-EPP	R\$ 26.000,00
4/2015	Pregão Presencial nº. 2/2015	Veículos automotivos	Fiori Veículo Ltda	R\$ 42.498,00
5/2015	Pregão Presencial nº. 3/2015	Gêneros Alimentícios	Disalpe Distribuidora	R\$ 150.577,45

**13.3.1 Resumo das Modalidades Executadas no Fundo Municipal de Assistência Social:**

Modalidade	Quantidade no Exercício
Pregão presencial	3
Convite	1
Tomada de Preços	1



### **13. Recomendações realizadas pelo Controle Interno realizado no exercício 2015**

O Controle Interno pautou sua atuação conforme preconiza os dispositivos legais e em especial a Resolução TC N°. 01/2009, procurando orientar a gestão e todos os atores envolvidos com a Administração. Importante frizar as seguintes recomendações:

<b>Recomendação</b>	<b>Objeto</b>
Ofício SCI N°. 55/2015	Alerta sobre despesa com pessoal ao Chefe do Executivo
Ofício SCI N°. 56/2015	Alerta sobre despesa com pessoal a Secretaria de Administração
SCI N°. 67/2015	Observância aos prazos de recolhimento dos valores à Previdência Social à Assistência Social
SCI N°. 67/2015	Observância aos prazos de recolhimento dos valores à Previdência Social ao Fundo Municipal de Saúde
SCI N°. 67/2015	Observância aos prazos de recolhimento dos valores à Previdência Social a Prefeitura Municipal
SCI N°. 68/2015	Observância a Resolução TC N°. 03/2015 a Comissão Permanente de Licitações
SCI N°. 73/2015	Observância ao Limite de Pessoal do 1º Quadrimestre de 2015 ao Executivo

**CONTROLE  
INTERNO**

Prefeitura Municipal de  
**Toritama**  
A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: AUREO SATURNINUM DA SILVA FALCAO, ODON FERREIRA DA CUNHA  
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5885eb8f-566c-48a2-972e-fe76ba13d12b

SCI Nº. 74/2015	Observância ao Limite de Pessoal do 1º Quadrimestre de 2015 a Secretaria de Saúde
SCI Nº. 75/2015	Observância ao envio das obrigações fiscais, no tocante a GFIP
SCI Nº. 103/2015	Observância ao limite de pessoal
SCI Nº. 113/2015	Observância ao recolhimento das contribuições patronais do Fundo Municipal de Saúde
SCI Nº.116/117/ 118/ 2015	Recomendação com relação ao planejamento das compras e bens de consumo para o ano 2016 a Secretaria de Saúde, Educação e Assistência Social
SCI Nº. 121/2015	Observância a alimentação do SAGRES- Módulo Licitações e Contratos
SCI Nº. 124/2015	Observância ao Limite de Pessoal
SCI Nº. 138/2015	Análise das despesas empenhadas e não liquidadas a Assistência Social
SCI Nº. 136/2015	Análise das despesas empenhadas e não liquidadas a Secretaria de Saúde
SCI Nº.139/2016	Análise das despesas empenhadas e não liquidadas a Prefeitura Municipal de Toritama.
SCI Nº. 140/2015	Observância ao Relatório de Auditoria de Medicamentos, protocolado no dia 20/08/2015 na Secretaria de Saúde.
SCI Nº. 142/2015	Observância a Despesa com Pessoal
SCI Nº. 143/2015	Observância ao SAGRES- Módulo Pessoal.
SCI Nº. 146/2016	Recomendação para instauração de uma Comissão de Avaliação do Patrimônio Municipal.



#### 14. Considerações Finais

O Controle Interno procurou agir dentro dos ditames legais, orientando os agentes envolvidos no processo de gestão pública do Município, esse relatório esboça de forma sucinta as atuações do Controle Interno Municipal durante o exercício de 2015.

Toritama, 31 de março de 2016.

---

Áureo Saturnium da Silva Falcão  
Controle Interno  
Portaria GP nº. 301/2013

